



Evento: XXX Jornada de Pesquisa ▾

(DES) IGUALDADE DE GÊNERO NO CURRÍCULO: AS DISPUTAS IDEOLÓGICAS NA BNCC NAS VERSÕES DE 2015 E 2018¹

Ana Laura Arnhold², Maria Simone Vione Schwengber³

¹ Trabalho realizado em disciplina do PPGE-UNIJUÍ

² Doutoranda em Educação nas Ciências do PPGE-UNIJUÍ, bolsista CAPES.

³ Professora Dra. do PPGE-UNIJUÍ

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o termo “gênero” tem levantado uma série de embates, muitas vezes permeados pelo medo da suposta carga ideológica atribuída ao conceito. Para Bravos (2024), esse medo ou aversão à palavra em questão atinge, de modo particular, a escola, e interfere não só na autonomia docente, como no direito dos estudantes à educação e proteção a uma série de violências relacionadas à desigualdade de gênero.

Nesse sentido, salientamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como um documento norteador das práticas pedagógicas que, de algum modo, reflete tensionamentos políticos e ideológicos, sobretudo sob a lente dos estudos de gênero.

Entendemos o gênero, com base em Butler (2024), como um conceito complexo que envolve um conjunto de práticas de performance influenciadas pela cultura. Geralmente, no senso comum, o gênero é considerado uma equivalência ao sexo biológico. Porém, Butler (2024) argumenta que gênero é uma marca social que, mesmo sendo influenciada pela diferenciação sexual, não está restrita a ela.

Devido à infinidade de temáticas relacionadas aos estudos de gênero, propomos o recorte das desigualdades entre homens e mulheres, ao analisar o conteúdo da BNCC nas versões publicadas em 2015 e 2018, buscando avaliar alterações ocorridas nesse hiato, levando em consideração de que forma o gênero é abordado no documento.

Salientamos que a presente pesquisa vincula-se ao “Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, na Agenda 2030/ODS.

METODOLOGIA



Foi realizada uma análise qualitativa documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas versões oficiais publicadas em 2015 e 2018. Utilizamos a ferramenta de busca disponível do próprio documento, sendo que os termos pesquisados foram: “Gênero”, “Mulher/es”. Como subsídio teórico, sobretudo acerca das relações de (des) igualdade de gênero, utilizamos pressupostos butlerianos (2024) como condutores da análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No documento da BNCC de 2015, o termo “gênero” foi mencionado 78 vezes. Destes, 76 foram referentes aos gêneros textuais, literários e semióticos, comuns na área de linguagens, enquanto 2 menções foram especificamente relacionadas ao gênero como categoria social (podendo ser tensionadas às diferenciações de gênero entre homens e mulheres, e as dinâmicas de identidade de gênero representadas pela população LGBTQIAPN+).

[...] o foco do trabalho pedagógico deve incluir a formação pela criança de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social das pessoas, apoiando as peculiaridades das crianças com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com transtornos de desenvolvimento. (Brasil, 2015, p. 19)

É possível identificar que a BNCC (Brasil, 2015) aborda diretamente a diversidade de gênero como formação pedagógica necessária na escola, bem como outros grupos sociais de maior vulnerabilidade. Também menciona a importância dos movimentos sociais, como o feminismo.

Refletir a respeito dos movimentos sociais contemporâneos, tais como movimentos sociais baseados em classes sociais, como os operários e trabalhistas; movimentos sociais baseados em processos de reconhecimento identitários ou os “novos” movimentos sociais tais como o feminista, os que militam pela igualdade racial, pelos direitos dos homossexuais, o ambientalista, entre outros. (Brasil, 2015, p. 300)

Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos; (Brasil, 2015, p. 7)

“Mulher(es)” teve 6 menções na BNCC de 2015. O termo é, inclusive, utilizado de modo a incluir as mulheres como sujeitos sociais e de ação, sobretudo acerca da ideia de cidadania. Ainda, o documento propõe trabalhar questões articulando “a história brasileira aos processos contemporâneos relacionados à conquista de direitos dos trabalhadores, dos negros,



das populações indígenas, das mulheres e das minorias sexuais” (Brasil, 2015, 645), demarcando de forma explícita as desigualdades sofridas por esses grupos.

Na transição da BNCC de 2015 para a versão de 2018, houve mudanças específicas em relação à retirada do conceito de gênero como categoria social. Na BNCC de 2018, houve 320 menções de gênero, porém todas associadas a gênero textual. A forma como a diversidade é abordada também mudou, bem como as pautas mais específicas acerca das mulheres na sociedade e história. “Mulher (es)” é um termo utilizado para demarcar a importância da desigualdade gênero na história humana, como na habilidade “Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.” (Brasil, 2018, p. 421), e no objeto de conhecimento “O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval” (Brasil, 2018, p. 420).

Apesar das alterações, a BNCC (2018) mantém de modo semelhante o objetivo de

Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (Brasil, 2018, p. 431)

Diferentemente da versão de 2015, a BNCC de 2018 não propõe compreender o feminismo como movimento social relevante para os direitos das mulheres na sociedade, política e mercado de trabalho. Menciona a igualdade de gênero de modo menos explícito, incorporando “diversidade” como conceito curinga na abordagem de questões sociais mais progressistas.

Salientamos que as mudanças percebidas nas duas versões da BNCC são, em parte, atualizações esperadas para um documento complexo como esse, mas que também refletem os conflitos ideológicos nas transições de governo durante esse período. Para Butler (2024), as políticas anti gênero e a alta representatividade conservadora nos trâmites políticos geram um movimento de retirada de certos conceitos e termos que possam gerar descontentamento ou revolta por parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das versões 2015 e 2018 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revela mudanças significativas nas abordagens relativas às questões de gênero no âmbito da educação básica no Brasil, refletindo as disputas ideológicas e políticas da contemporaneidade. Enquanto a versão de 2015 incorporava explicitamente o conceito de



gênero como categoria social, destacando a importância da diversidade, da igualdade de gênero e da valorização dos movimentos sociais feministas, a BNCC de 2018 demonstrou uma notável redução e neutralização dessas questões. Na edição mais recente, o termo “gênero” está restrito exclusivamente ao “gênero textual”, podendo ser substituído por termos como “diversidade”.

Por fim, demarcamos que as mudanças da BNCC podem ser um reflexo das disputas ideológicas que conduziram as transições de governo nos últimos anos, o que não a torna menos importante. Sabemos que se trata de um documento norteador imprescindível para que a educação brasileira possa ser pautada em conceitos, habilidades e objetos de saber comuns a todos. Esperamos, portanto, que a BNCC continue em transformação e aprimoramento, propondo novas formas de desenvolver temáticas tão sensíveis e caras à formação cidadã, com base na igualdade, respeito e democracia.

Palavras-chave: Mulheres. BNCC. Gênero. Educação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pelo apoio financeiro no decorrer desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRAVOS, Michele. De onde vem o medo de falar sobre gênero na escola? **Nexo Jornal**, 2024.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024